

LIRISMO, PAIXÃO E UTOPIA: UMA TRÍADE PARA MUDAR OS DESTINOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL



*Deputada Maria do Rosário
Deputada Federal, em segundo mandato,
pelo PT/RS, preside a Comissão de
Educação e Cultura da Câmara dos
Deputados. Professora concursada pela
rede municipal e estadual de ensino do
Rio Grande do Sul. Pedagoga formada
pela UFRGS, com especialização em
violência doméstica pelo Laboratório de
Estudo da Criança na Universidade de
São Paulo. No Congresso Nacional é
uma das parlamentares mais atuantes nas
questões ligadas à educação, à cultura, a
crianças e adolescentes, com diversas pro-
postas apresentadas e proposições relatadas
sobre os temas.
E-mail: dep.mariadorosario@camara.gov.br*

“Educar também é uma forma de amar”. A frase poderia ter sido dita por uma mãe zelosa e consciente de suas responsabilidades na sociedade moderna, mas ganha uma conotação diferente quando colocada por uma professora e hoje deputada federal. A parlamentar gaúcha Maria do Rosário Nunes, presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, fala, nesta entrevista ao Boletim Técnico Senac, sobre o papel do legislativo brasileiro no aperfeiçoamento contínuo da educação no Brasil, sobre os avanços nas políticas governamentais de educação e como todo “projeto pedagógico carrega em si uma boa dosagem de lirismo, de paixão e de utopia”.

E um pouco de cada um desses três elementos permeou essa conversa, deixando claro que ainda é possível acreditar e até sonhar com uma educação e um Brasil melhores.



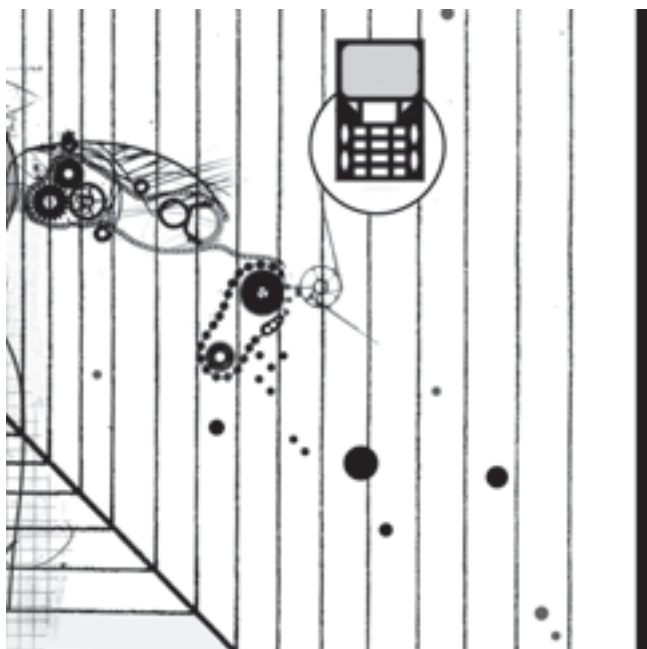
*Márcia Leitão
Bacharel em Comunicação Social pela
Faculdade da Cidade e pós-graduada
pelo Programa Observatório de
Inovação do Turismo/OIT da FGV/
RJ. Assessora técnica da área de
Relações Institucionais do Senac –
Departamento Nacional.
E-mail: marcialeitao@senac.br*

Márcia Leitão – Nos últimos anos, nos discursos reformistas da educação, é muito comum se ouvir falar em “educação para a competitividade”, “educação para atender à evolução tecnológica” etc. Um discurso e uma prática que deixam de lado o papel da educação como transmissora de valores. De que forma as propostas de reforma da educação em curso no legislativo brasileiro poderão ajudar o País a recuperar o compromisso com a educação para a cidadania, para a vida em sociedade e para o respeito às diferenças?

Deputada Maria do Rosário – Sua pergunta é bastante complexa, demandaria teses e mais teses e talvez não chegássemos a um consenso. O importante é que a pergunta já traz em si um roteiro, um caminho, algumas respostas. Ela já incita o debate que todos devemos travar para que, na prática, a indagação formulada tenha uma resposta adequada. Com otimismo

digo que vivemos um processo que caminha celeremente em busca de uma educação – parafraseando o mestre Paulo Freire – como “prática da liberdade”. Não basta apenas caminhar para a necessária universalização do ensino, não basta apenas a contínua formação e qualificação de professores, não basta apenas dar opção profissionalizante aos jovens ávidos por um lugar no mercado de trabalho. Precisamos de uma educação para a vida toda e para toda a vida. O Legislativo brasileiro – embora com uma democrática e heterogênea representação da sociedade – é um espaço muito fértil de propostas e ideias que possam aperfeiçoar continuamente a educação brasileira.

Márcia Leitão – A Educação Profissional envolve dois direitos fundamentais ao homem: o direito à educação e o direito ao trabalho. A Deputada acredita



que o sistema educacional vigente hoje no País responde adequadamente a esses direitos fundamentais? Por quê?

Deputada Maria do Rosário – Infelizmente ainda não podemos ter uma resposta totalmente positiva para esta questão. O que não implica não reconhecer que avanços têm sido feitos nesse sentido. O Governo Lula tem sua gestão da educação baseada em quatro pilares: educação básica, superior, profissional e continuada. Isto é fruto de uma nova concepção que vem norteando o ensino brasileiro e que, se não sofrer solução de continuidade, pode reverter esse quadro dicotômico entre educação e trabalho, amalgamando-os num processo que transforme esses direitos fundamentais em direitos de todos e todas, sem distinção ou discriminação de qualquer espécie.

Márcia Leitão – Após anos relegada pelo governo brasileiro a um segundo plano como uma educação de menor valor, a educação profissional ganha agora status de política pública. Qual a sua avaliação sobre as mudanças propostas para a educação, em especial para a educação profissional técnica de nível médio no Brasil?

Deputada Maria do Rosário – Esta é uma efetiva política de Governo que vem dando certo e alterando para melhor o paradigma da educação técnica profissional no Brasil. E não só no nível médio, também no nível superior. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica é uma realidade que atinge a todos os estados brasileiros – algo inimaginável, se pensarmos o país há pouco tempo – e os cursos oferecidos são técnicos de nível médio, superiores de tecnologia, licenciaturas, mestrado e doutorado. Mais de 200 novas escolas serão abertas até o final de 2010, e os alunos estão entre os melhores em qualquer avaliação a que estejam sendo submetidos. O avanço nesta área é motivo de orgulho, não só para os gestores do MEC, bem como para toda a população brasileira.

Márcia Leitão – Apesar de bastante festejada, a Lei da Aprendizagem (a Lei nº 10.097/2000) não conseguiu produzir no país os resultados esperados. A Lei de Cotas para a contratação de pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 8213/1991) também não teve o impacto esperado. Esses exemplos não deixam claro que a obrigatoriedade do cumprimento de cotas de contratação talvez não seja a melhor alternativa para a inserção no mercado de trabalho? A criação de incentivos ao emprego formal e à educação profissional paga pelo empregador não seria mais eficiente do que uma regulamentação punitiva para o não cumprimento das cotas?

Deputada Maria do Rosário – Creio que este seja um bom debate. O fato de as duas leis especificadas não terem tido os resultados esperados é um ponto de vista a ser respeitado, mas não é o único ponto de vista. Eu penso que ambas devem ser vistas como um avanço. Agora, fugindo um pouco do foco específico na educação, é óbvio que as políticas efetivas para geração de empregos implicam ações governamentais concatenadas em diversas áreas. E isso – permitam-me um pequeno proselitismo – o Governo Lula vem fazendo tanto que fomos o último país a entrar na crise e o primeiro a sair dela. Os dados de geração de emprego em agosto deste ano – o maior crescimento dos últimos 17 anos – são a prova cabal disso. Voltando ao foco da pergunta: quem sabe, um dia, o próprio mercado torne as duas leis desnecessárias? Enquanto isso não acontece, devemos mantê-las e aprimorá-las à realidade presente, depois de travado o necessário debate que falei no início.

Márcia Leitão – Segundo estudo recente publicado pelo IBGE, sobre a educação profissional no Brasil, 35,6 milhões de brasileiros frequentavam ou frequentaram cursos de educação profissional. Desses, 7,4 milhões passaram pelas unidades do chamado “Sistema S”. Como a Deputada avalia o papel do Sistema S no contexto da educação profissional no Brasil?

Deputada Maria do Rosário – De forma muito positiva. O setor público carece de parceiros e de boas parcerias. Em diversas áreas o Estado não chega e, se chega, não alcança a eficácia necessária para que o cidadão e a cidadã de todos os lugares do país tenham tratamento isonômico em relação aos benefícios da

**A Rede Federal de Educação
Profissional, Científica e Tecnológica
é uma realidade que atinge a
todos os estados brasileiros – algo
inimaginável, se pensarmos o país
há pouco tempo**



O trabalho desenvolvido pelo “Sistema S” já cumpre, e bem, esse papel. O que precisamos é estabelecer novas, duradouras e melhores parcerias, principalmente no contexto da educação profissional no país.

ação deste mesmo Estado. Na educação e na cultura, então, essas diferenças aparecem cotidianamente. O trabalho desenvolvido pelo “Sistema S” já cumpre, e bem, esse papel. O que precisamos é estabelecer novas, duradouras e melhores parcerias, principalmente no contexto da educação profissional no país.

Márcia Leitão – Em seu trabalho na Comissão de Educação e Cultura da Câmara, que projetos ou proposições destacaria como inovadores ou de grande relevância para a educação no Brasil?

Deputada Maria do Rosário – O trabalho de uma comissão permanente na Câmara dos Deputados – qualquer que seja ela – sofre de duas limitações. A primeira é a limitação do próprio tempo. É um mandato muito curto, de apenas um ano. A segunda é a de uma comissão, necessariamente, ter que dar continuidade ao trabalho de gestões anteriores. É difícil imprimir uma marca própria. A presidência tem que respeitar a heterogeneidade da composição da mesma e fazer fluir a pauta, o que já demanda três ou quatro dezenas de proposições a serem debatidas e votadas em cada sessão. Respeitando essas limitações estamos priorizando – inclusive com a parceria do “Sistema S” – a discussão do novo Plano Nacional da Educação (PNE) que terá tramitação legislativa em 2010 e validade decenal entre 2011 e 2020. Este novo PNE terá um valor agregado a partir da emenda constitucional que determinará que através dele se estabeleça a meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto (PIB).

Márcia Leitão – A Deputada não acha que nos processos de mudanças na educação protagonizadas até aqui pelo Legislativo, em especial na esfera estadual, as discussões e propostas têm se limitado a questões de carga horária, introdução ou revisão de disciplinas, mas muito pouco aos macro-objetivos da educação, como, por exemplo, a formação de um cidadão ético, crítico e participativo? Como mudar isso?

Deputada Maria do Rosário – Concordo com a afirmação e gostaria de devolver a pergunta. Não para você, apenas, mas para

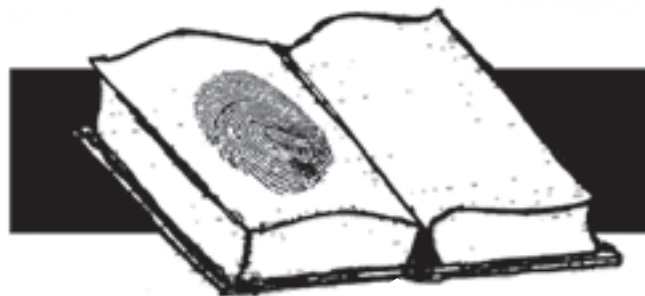
todos e todas que estejam lendo esta entrevista. Quero também respondê-la, não só como atual presidente da Comissão de Educação, parlamentar ou professora que sou, por formação. Quero refletir como cidadã, e creio que a resposta efetiva de “como mudar isso” será construída, será dada, por nós. Vivemos uma situação inusitada. Não podemos deixar de atender à demanda por questões, digamos, conjunturais, e já precisamos apontar para a formação de um “cidadão ético, crítico e participativo”. Isso é papel fundamental da escola, mas também da família, da sociedade e de cada um. Do ponto de vista da legislação, creio, temos avançado bastante. Mas é preciso reconhecer que muito ainda ter que ser feito.

Márcia Leitão – A formação do educador, do professor, não é tão importante quanto as mudanças na organização curricular ou a introdução de novas tecnologias educacionais, quando se pensa em dar um salto qualitativo na educação no Brasil?

Deputada Maria do Rosário – Acho que sim. As três coisas – formação, currículo e novas tecnologias – precisam estar articuladas. Mas veja que paradoxo: como falar em formação do professor quando governadores de estados poderosos se negam a pagar o piso nacional da categoria? Isso, mesmo com o MEC se dispondo a auxiliar, com complementação de verbas, os estados que comprovarem a incapacidade de honrar esses compromissos. A formação do professor passa sobremaneira pelo respeito pela profissão e pela possibilidade de que o mesmo não precise ficar pulando de emprego em emprego, tendo que cumprir uma carga horária desumana, para poder complementar o seu salário.

Márcia Leitão – Um ponto fundamental no processo educativo é a possibilidade de experimentação da prática democrática. A democracia se reforça com a educação. A senhora acredita que as escolas brasileiras cumprem bem esse papel de espaço de democracia? Nosso modelo de governança das unidades de ensino é adequado a esse fim? Por quê?

Deputada Maria do Rosário – Não totalmente. Estamos vivendo um processo, um ciclo, um movimento. Não existe democracia na escola sem democracia na sociedade. O Brasil, no século passado, viveu sob o jugo de duas ditaduras. E, em ambas, a educação e a cultura foram duas das maiores vítimas. Estamos nos acostumando e aprendendo a viver em democracia, e esse saudável hábito, em médio e longo prazos, vai acabar devolvendo à sociedade, de uma maneira geral, novas formas de experimentação da prática democrática – para, me permita, usar a sua própria expressão.



Temos que pensar um ensino que forme não apenas profissionais para o mercado, mas sim homens e mulheres – éticos, críticos e íntegros – para o viver em sociedade.

Márcia Leitão – O MEC estuda transformar o ENEM em exame obrigatório para o ingresso nas universidades federais. Isso ajuda ou atrapalha a consecução da meta de democratização do acesso à educação superior?

Deputada Maria do Rosário – Penso que ajuda. O MEC tem, sim, a intenção de tornar o ENEM a única forma de ingresso em universidades federais, mas o fará, como está fazendo, de uma forma gradativa. O maior avanço dessa proposta, entretanto, está numa nova postura, num novo olhar diante do ensino médio no país. Precisamos ter, ressalvadas as idiosincrasias regionais, um tipo de ensino que privilegie não apenas o decoreba angustiante

para se passar no vestibular, mas que prepare o aluno para apreender sobre a realidade, refletir e agir sobre ela. A ideia formulada em um questionamento anterior torna-se, com as propostas embutidas no novo ENEM, bem vigorosa. Temos que pensar um ensino que forme não apenas profissionais para o mercado, mas sim homens e mulheres – éticos, críticos e íntegros – para o viver em sociedade.

Márcia Leitão – Então podemos sonhar com a construção de uma educação profissional articulada que transite entre a formação geral e a específica, entre a formação política e a técnica, entre a cultura, a educação e o trabalho?

Deputada Maria do Rosário – Acho que não devemos nos resumir à educação profissional. Penso que todo projeto pedagógico carrega em si uma boa dosagem de lirismo, de paixão, de utopia. A arte de ensinar também é uma forma de amar. Seja na menor escola do menor município do país, onde uma jovem possa estar ensinando as primeiras letras a uma criança; seja num centro de excelência onde mestres e doutores estejam defendendo suas teses. Isso é uma opção de vida de milhares de brasileiros que fazem da educação o sentido de suas existências. Cabe ao Estado, cabe a nós, agentes públicos, criar leis e formar gestores que façam o “trem da história” caminhar. E aí, permitam-me um pouco de otimismo. Este sonho não só deve ser sonhado, como já vem sendo vivido e partilhado.

